

Massacre de Jacarezinho! Justiça.

“Todo o ser humano tem direito de viver com dignidade e desenvolver-se integralmente, e nenhum país lhe pode negar este direito fundamental. (...). Quando não se salvaguarda este princípio elementar, não há futuro para a fraternidade nem para a sobrevivência da humanidade”. (Papa Francisco, Fratelli Tutti, nº 107)

O Instituto Humanitas Unicap, a Cátedra de Direitos Humanos Dom Helder Camara e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena da Unicap (Neabi) vêm a público manifestar sua solidariedade às famílias das 28 vítimas do massacre ocorrido na quinta-feira, dia 06 de maio, na comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, particularmente às mães que perderam seus filhos de forma tão brutal e indigna. Elas não tiveram como evitar o banho de sangue, que se deu nas primeiras horas da manhã e que foi precedido por relatos de medo e pedidos de socorro feitos por vários dos jovens mortos a seus familiares pelo WhatsApp.

Em pleno século XXI, é intolerável e inconcebível que uma ação policial resulte numa carnificina como a vista em Jacarezinho. A chacina chocou os brasileiros e deixou um rastro de dor e revolta. Não resta dúvidas de que forças de segurança pública praticaram excessos contra os moradores, houve um verdadeiro cerco expondo civis a cenas que só encontramos correspondência em guerras e conflitos sem controle. Esta falta de planejamento em segurança pública resultou também na morte de um agente policial. A imprensa nacional destacou este triste acontecimento como o maior massacre de uma ação policial da história do Rio de Janeiro desde a Chacina de Vigário Geral, em 1993, que resultou na morte de 21 pessoas.

Além dos mortos, cinco pessoas ficaram feridas, dentre elas estão dois passageiros do metrô do Rio, que foram atingidos por projéteis dentro de um vagão durante o percurso que o trem fazia próximo à comunidade.

O alerta da OEA – Organização dos Estados Americanos foi acompanhado, no Brasil, por várias entidades de direitos humanos, redes e fóruns que registraram repúdio ao que revelou-se ser uma política deliberada de execução sumária por parte do estado do Rio de Janeiro.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou a operação e exigiu uma investigação imediata e reparação das vítimas. A CIDH “insta o Estado (Brasil) a investigar rigorosamente os fatos de forma imediata e imparcial, punir os responsáveis e reparar as vítimas e seus familiares” .

O escritório de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou uma investigação independente, com metodologia e padrões técnicos internacionais. O porta-voz do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, Rupert Colville, em entrevista coletiva em Genebra, ressaltou que a operação “fez uso de helicópteros e carros blindados, e foi apontada como uma das mais mortais em uma década, em uma longa história de uso “desproporcional e desnecessário da força pela polícia”.

As operações policiais estão suspensas em favelas do Rio de Janeiro, desde o dia 05 de junho de 2020, por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635. Sendo assim, o Estado precisa responder por que ignorou uma ordem judicial e agiu rasgando direitos fundamentais básicos como o direito à vida, uma vez que o Brasil não tem previsão da pena de morte em nosso ordenamento jurídico.

A Human Rights Watch destacou em seu posicionamento que “no primeiro trimestre deste ano, a polícia do Rio de Janeiro matou 453 pessoas e ao menos 4 policiais morreram em ações policiais”, e registrou que o Ministério Público “tem a competência e obrigação constitucional de exercer o controle externo sobre a polícia e garantir investigações criminais adequadas de abusos policiais” (idem, HRH).

A Anistia Internacional Brasil considerou “lamentável e injustificável a operação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro”. O resultado final foram 28 vítimas — três a mais do que o divulgado inicialmente, de acordo com a Polícia Civil— E segundo a Ordem dos Advogados do Brasil pelo menos 13 dos mortos não tinham qualquer relação com a investigação.

Para que este triste episódio não passe impune, pedimos por justiça. Pela construção de uma política de segurança pública orientada na defesa da dignidade da pessoa humana e apontamos a necessidade de desmilitarização e enfrentamento ao genocídio da juventude negra da periferia de nosso país, fato que demonstra a aplicação de uma violência seletiva e racista, como aparente resposta ao crime organizado. É fundamental também que o Estado mude a realidade de Jacarezinho e das milhares de comunidades periféricas deste país, garantindo o acesso a direitos básicos, que possibilitem uma vida socialmente mais justa e economicamente mais digna.

Todos somos Jacarezinho!

